

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

SUMÁRIO

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 560 a 562/2011 2

Atos Legislativos

Requerimento nº 046/2011 2

Indicação nº 067/2011 2

Ata da 2038ª Sessão Ordinária 3

Termo de não realização da 2039ª Sessão Ordinária 5

Ata da Comissão Especial Externa Criada Através da Resolução nº 007/2011 5

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERALPraça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação GeralVICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS****RESOLUÇÃO Nº 560/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ERCI DE MORAES**, para a cidade de Curitiba-PR, no período de 21.08 a 23.08.2011, aonde o mesmo participará da II Reunião Ordinária da Diretoria da UNALE, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 18 de agosto de 2011

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 561/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o deslocamento da servidora **EDERLÂNIA CORREA COSTA DOS PRAZERES, ALE FG-11**, para o município de São João da Baliza, no período de 18.08 a 27.08.2011, aonde a mesma ministrará o curso de Elaboração de Projetos na Unidade da Escolas daquele município, com ônus para este Poder, no tocante a 04 (quatro) diárias.

Palácio Antônio Martins, 18 de agosto de 2011

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 562/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o deslocamento do servidor **MARCO ANTONIO RODRIGUES, ALE FG-9**, para os municípios de São Luiz do Anauá e Caroebe, no período de 22.08 a 31.08.2011, aonde o mesmo ministrará os cursos de Relacionamento Interpessoal, Motivação e Técnicas e Desenvolvimento de Equipe, nas Unidades da Escolas dos mencionados municípios, com ônus para este Poder, no tocante a 04 (quatro) diárias.

Palácio Antônio Martins, 18 de agosto de 2011

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS**REQUERIMENTOS****GABINETE DO DEPUTADO BRITO BEZERRA
REQUERIMENTO Nº 046/2011**

Ao Exmo. Senhor

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETOPresidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Senhor Presidente,O Deputado que a este subscreve, de conformidade com o art. 192, parágrafo único, inciso I, alínea "b", c/c inciso XVII do art. 196 e incisos I e XVII, todos do Regimento Interno, requer a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, convocar o Secretário Estadual de Saúde, **ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO**, para prestar esclarecimentos sobre o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE, lançado através do edital nº 001/2011, tendo em vista as inúmeras reclamações dos servidores da área, para hoje, dia 18 de agosto de 2011, às 15hs, destacando a urgência e relevância do tema.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2011.

Francisco José Brito Bezerra

Deputado Estadual - PP

INDICAÇÕES**GABINETE DO DEPUTADO GABRIEL PICANÇO
INDICAÇÃO Nº 067/11**

O Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da seguinte Indicação:

CRIA O PROGRAMA DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA PARA PEQUENOS PRODUTORES RURAIS.**JUSTIFICATIVA**

O Programa de Mecanização será de competência da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, destinado a atender os pequenos produtores rurais que tenham como base a agricultura familiar, em todo o Estado de Roraima.

Agricultura familiar é a exploração direta e pessoal do imóvel pelo agricultor e sua família, garantindo-lhes a subsistência e o processo social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhando com ajuda de terceiros. O Programa de Mecanização será destinado a propriedades de 1 a 3 hectares, incluindo aração, gradagem, calcareamento e assistência técnica para o plantio de culturas necessárias à subsistência e atendimento ao mercado consumidor.

Esse o principal objetivo da presente Indicação.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2011.

Dep. **GABRIEL PICANÇO**

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA
ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia dezois de agosto de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trigésima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo segundo Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Sargento Damosiel**, proceder à leitura do Expediente: **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Requerimento nº 001/11, da Comissão Especial Interna criada através da Resolução nº 027/11, requerendo prorrogação de prazo, por igual período, para funcionamento da Comissão; Indicação s/nº, de autoria da Deputada Ângela Águida Portella, ao Governador do Estado, “dispensando o pagamento de taxas e outras despesas para regularização fundiária das famílias retiradas da terra indígena Raposa/Serra do Sol, quando do reassentamento pelo Estado”. Requerimento de Pedido de Informação nº 07/11, de autoria de vários Deputados, requerendo, após ouvido o Plenário, informações da Companhia de Desenvolvimento de Roraima - CODESAIMA, referentes à aplicação e investimento dos valores oriundos do empréstimo destinado àquela Companhia, conforme autorizado pelo Projeto de Lei nº 054/09; disponibilização de todas as informações referentes à comercialização no primeiro semestre de 2011 do couro bovino, bem como, cópia de todos os contratos firmados entre a Companhia e demais fornecedores de serviços e/ou produtos, incluindo seus Termos Aditivos, valores, prazos de vigência e demais informações pertinentes. Requerimento de Pedido de Informação nº 08/11, de autoria de vários Deputados, requerendo, após ouvido o Plenário, informações da Companhia Energética de Roraima – CERR, referentes a aplicações e investimento dos valores oriundos do empréstimo destinado àquela Companhia, conforme autorizado pelo Projeto de Lei nº 053/09. **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 32, de 12/08/11, submetendo, para deliberação, Projeto de Lei que “altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 051, de 28/12/2001, que dispõe sobre a Carreira, a Remuneração e o Quadro de Organização e Distribuição do Efetivo da Polícia Militar do Estado de Roraima e dá outras providências”. **EXTERNO:** Ofício Circular SG nº 008-2011/2013, de 05/08/11, da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, informando a posse da nova Diretora Administrativa para o período 2011/2013; Ofício Circular SG nº 016-2011/2013, de 05/08/11, da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, informando que deliberou expedir o documento denominado “Proclamação ao Povo Brasileiro”, envolvendo a atualidade Sócio-Política do País; Ofício nº 147/2011, de 11/08/11, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Roraima, solicitando que seja comunicado todos os eventos referentes à Criança e ao Adolescente. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Brito Bezerra** iniciou manifestando sua indignação pelo não atendimento de pedido de informação, de sua autoria, destinado ao Secretário de Agricultura, há seis meses, a respeito de contratos entre aquela Pasta e colaboradores da CODESAIMA, os quais, segundo o Senhor Deputado, trabalham no Matadouro em regime de escravidão, sem nenhum direito garantido por lei. Prosseguindo, informou ter solicitado ao Presidente da CODESAIMA, no último dia quatro, justificativa com relação à denúncia de uma possível prática ilícita na folha de pagamento do órgão; informações sobre a comercialização de couro bovino entre a CODESAIMA e o Curtume Santa Fé, bem como, o destino do empréstimo de cento e quarenta e oito milhões de reais repassados à empresa, destacando ter recebido como resposta a alegação de que, atendendo ao Regimento Interno desta Casa, não seria possível responder às solicitações dos Parlamentares, numa clara demonstração de desrespeito à Constituição Federal, que assegura ao cidadão comum o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular ou coletivo. Em seguida, informou ter protocolado nesta Casa Requerimento, assinado por vários Deputados, solicitando que a Mesa Diretora requiera da CODESAIMA as referidas informações,

para que se tornem públicas. Após, reportou-se à entrevista concedida pelo Governador do Estado, onde teria chamado de quadrilha o grupo de oposição, ressaltando que essa denominação deve ser dada à atuação do seu Governo, pois não atende sequer aos programas sociais prometidos em campanha, que, segundo o Senhor Parlamentar, serviram de moeda de troca para a sua reeleição. Finalizando, apresentou um abaixo assinado com centenas de assinaturas de pessoas prejudicadas pelo não pagamento dos programas sociais, solicitando ao Governo que honre os compromissos de campanha e repasse ao povo o Vale Alimentação, recurso fundamental para auxiliar na compra dos alimentos das famílias mais carentes do Estado. O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio**, reportando-se ao aparte do Senhor Deputado Jânio Xingú ao pronunciamento do Senhor Deputado Brito Bezerra, quando afirmou que esta Casa não atende às solicitações dos Senhores Deputados, ponderou que a Mesa Diretora deve se manifestar, uma vez que, de acordo com a acusação do aparteante, existem informações que não são acessíveis nem aos membros da Casa. Na opinião do Senhor Parlamentar, a Assembleia é um Poder aberto, inclusive seus atos são publicados nos Diários Oficiais, ressaltando que sempre foi atendido, quando precisou de informações, não entendendo o porquê das declarações do Senhor Deputado Jânio Xingú. Após, reportando-se à entrevista concedida pelo Senhor Governador a um programa de rádio, no intuito de desestabilizar o grupo de oposição, num ato, em sua opinião, extremamente violento e desrespeitoso, quando os chamou de quadrilheiros, e o Senador Mozarildo de grileiro, solicitou que sejam apontados os quadrilheiros e o crime cometido. Com relação às denúncias que estão sendo divulgadas nos meios de comunicação de valores exorbitantes de diárias recebidas por Parlamentares, afirmou serem inverídicas, com o único objetivo de fazer politicagem, tentar desestabilizar o grupo de oposição e execrar esta Casa diante da opinião pública, ressaltando a importância de se divulgar os valores reais das diárias recebidas pelos Deputados, pois, em sua opinião, não se pode silenciar enquanto o Poder é atacado diariamente, enfatizando que, se houve alguma irregularidade, o Poder é o responsável. Finalizou citando a frase de um autor desconhecido: “Há coisas que não se pode recuperar nunca: a pedra, depois de atirada; a palavra, depois de proferida; a ocasião, depois de perdida; e o tempo, depois de passado. O Senhor Deputado **Remídio Monai**, referindo-se a pronunciamentos feitos em Sessões anteriores, com relação à recuperação da BR-174, no sentido Boa Vista/Manaus, disse que, apesar de ser uma situação angustiante e demorada, ao término de sua recuperação, com certeza, haverá uma rodovia em plenas condições, para escoar a produção em tempo hábil, e de boa trafegabilidade, fazendo com que o custo do frete seja barateado, e justificou que as condições climáticas bem atípicas culminaram com a demora nas obras de construção do acostamento. Continuando, destacou a necessidade de se fazer um esclarecimento dos dados para se ter noção do que foi pago até o presente momento e o que ainda será liberado, conforme as obras estão sendo executadas, desmistificando, segundo o Senhor Parlamentar, a ideia de que o valor de R\$ 494.352.753,19 foi pago em sua totalidade, quando na realidade apenas R\$ 91.385.178,00, ou seja, o equivalente a 18,69%, foram pagos, seguindo rigorosamente o cronograma de execução das obras. Após, informou que, desse valor, foram empenhados pelo Governo Federal junto ao Governo do Estado R\$ 280.000.000,00, dos quais foram pagos apenas pouco mais de R\$91.000.000,00. Prosseguindo, frisou que o contrato de conservação da BR-174 está assegurado para a execução das obras de sinalização, conservação, desmate e demais itens que forem necessários, com empenho estimativo para pagamento dos serviços que forem executados após a fiscalização. Com relação à operação tapa-buraco, disse que está sendo executada apenas no trecho em que a rodovia não está sendo restaurada, obedecendo sempre aos critérios técnicos. Ao finalizar, fez uma apresentação dos valores e empresas que executarão as obras de conservação da BR-174, obtidos junto à Secretaria de Infraestrutura, lembrando que os recursos serão repassados de acordo com a necessidade. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** usou a tribuna, primeiramente, para parabenizar a classe de jornalistas do Estado, ressaltando a sua importância para os dias de hoje, no sentido de redemocratizar a sociedade. Prosseguindo, lamentou o fato de existirem jornalistas que não estão a serviço da sociedade, destacando aqueles que agem sempre com o objetivo de criar situações que venham denegrir a imagem do homem público, servindo a interesses de grupo “A” ou “B”. Após, criticou a forma como o jornalista Edersen Lima e o radialista Mário César vêm usando os meios de comunicação para denegrir sua imagem de homem público, bem como, de alguns Deputados

de oposição. Continuando, denunciou que o referido jornalista, usando os veículos de comunicação para tirar proveito pessoal, extorque a classe política do Estado, ameaçando publicar denúncias, muitas vezes inverídicas, ressaltando, que ele próprio foi procurado, mas, como não cedeu às chantagens, está sendo seu alvo. Em seguida, referindo-se à acusação do jornalista de ter recebido diárias no valor de cento e trinta mil reais, disse que encaminhará à Corregedoria da Casa uma certidão emitida pela Diretoria Financeira, assinada pelo Senhor Presidente, confirmando os reais valores recebidos, para que seja aberto um procedimento com total imparcialidade e o fato seja apurado. Na opinião do Senhor Parlamentar, o fato de estar trazendo à discussão temas que mexem com governo, como, por exemplo, o requerimento apresentado recentemente convocando o chefe da Casa Militar para dar explicações sobre o uso indevido da máquina pública, bem como, da morte do Senhor Mesquita, proprietário da META Linhas Aéreas tem incomodado, ressaltando que, como soldado e liderança sindical, jamais se curvou e que não se curvará como Deputado, pois foi eleito de maneira digna. Após, disse ingressará na justiça com provas documentais contra o jornalista Edersen, o Jornal Fonte Brasil, bem como, o Senhor Mário César, para que tenha direito de reposta. Finalizou solicitando ao Presidente da Casa que se posicione com todo rigor a respeito dos fatos envolvendo a sua pessoa. O Senhor Deputado **Gabriel Picanço**, inicialmente, reportou-se à Audiência Pública realizada no dia 15 do corrente para tratar da desintrusão da Raposa/Serra do Sol, destacando que muitos produtores que estavam na reserva possuíam títulos centenários e, portanto, não deveriam ser denominados **desintrusados** por parte do Governo Federal, uma vez que não são invasores. Continuando, demonstrou sua preocupação com a pretensão de novas demarcações por parte de ONGs, nas regiões da Serra da Lua, Tucano e Truaru, o que, na opinião do Senhor Parlamentar, inviabilizará totalmente a produção de arroz irrigado no Estado. Prosseguindo, conclamou seus Pares a buscarem o apoio do Governador do Estado, no sentido de intervir junto aos Parlamentares Federais e Senadores para que se mobilizem na defesa desses produtores, que são tão importantes para o desenvolvimento de Roraima. Após, reportando-se à entrevista concedida pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, onde chamou os Deputados da oposição de quadrilheiros, opinou que o Governador foi infeliz nas suas colocações, uma vez que nenhum Deputado da oposição fez parte do seu Governo e, portanto, não podem receber tal denominação. Dando continuidade, deu conhecimento da visita realizada à BR-174, juntamente com outros Deputados, a fim de averiguar a sua real situação, ressaltando que é dever desta Casa fiscalizar as ações do Governo, já que foram eleitos pelo povo para representá-los, e destacou que não se intimidará diante de declarações esdrúxulas do Senhor Governador. Finalizou manifestando apoio aos seus Pares para que possam continuar defendendo os interesses do povo de Roraima. O Senhor Deputado **Mecias de Jesus**, inicialmente, afirmou que o Estado vive um dos piores momentos de sua história, ressaltando que as coisas não funcionam bem em nenhum setor, a não ser nas grandes placas nas ruas de Boa Vista e nos vídeos apresentados nas emissoras de TV. Segundo o Senhor Deputado, a impressão que se tem é que o barco está à deriva e que seu inexperiente comandante está completamente perdido. Continuando, informou ter tomado conhecimento de que a equipe de comunicação do Governo do Estado mantém, de modo indireto, um blog e dezenas de perfis nas redes sociais, com o objetivo de caluniar, injuriar e difamar os membros da oposição, por divergirem de seu grupo político. Com relação à denominação de quadrilheiros dada pelo Senhor Governador, afirmou que ele conhece bem o significado da palavra, uma vez que seu Governo acumula denúncias de desvio de recursos públicos destinados ao Estado, prejudicando todas as áreas, especialmente a saúde, que está um caos; e as estradas, que continuam em péssimas condições, apesar de já terem consumido, em sua gestão, mais de um bilhão de reais. De acordo com o Senhor Parlamentar, Roraima está tão sem crédito que até os recursos que seriam destinados para a reforma do Estádio Canarinho foram suspensos, porque o Ministério Público Federal desconfiou que o Governo não estava interessado na reforma, mas em desviar os recursos. Em seguida, reportou-se à atuação de um blogueiro que, através de seu site, tem atacado membros da oposição deste Poder com denúncias levianas, apelidos jocosos e adjetivos criminosos, por não cederem às suas extorsões, ressaltando que já ingressou com várias ações na justiça contra a ação inescrupulosa desse cidadão, que não poupa nem mesmo membros do judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Finalizou fazendo um convite a todas as pessoas de bem de Roraima

para que não cedam às pressões desses criminosos, mas que busquem a justiça. O Senhor Deputado **Jânio Xingú** informou aos seus Pares que, no próximo dia 17, haverá o lançamento da Campanha Crédito Social, ocasião em que o Governo do Estado fará a entrega do cartão magnético aos beneficiários, ressaltando que o grupo de oposição não terá mais motivos para criticar o Governo com relação ao atraso do pagamento do benefício. De acordo com o Senhor Parlamentar, de posse do cartão magnético, o beneficiário poderá utilizá-lo em qualquer estabelecimento que dispuser da bandeira Visa, banindo, de vez, a ação dos atravessadores, que se beneficiavam da fragilidade econômica das pessoas para comprar o vale com deságio. Continuando, informou sobre sua participação, no Município de Alto Alegre, na inauguração de um trecho do asfalto que liga o Município a Mucajá, salientando que, pela primeira vez, o Estado tem suas vicinais asfaltadas, numa clara demonstração de que o Governo tem compromisso com o povo de Roraima. Finalizou tecendo elogios às ações do Governo, que, em sua opinião, serão um espelho para o Norte do Brasil. O Senhor Deputado **Chico Guerra** iniciou informando que foi absolvido, na Justiça Federal no Estado, no processo de crime de peculato referente ao "Caso Gafanhotos" e que, através de recurso do Ministério Público, foi condenado em Brasília por três votos a zero, ressaltando que ainda cabem recursos da decisão. Continuando, afirmou que a acusação não o impede de erguer a cabeça e continuar lutando pelos seus ideais, uma vez que não há provas que o condenem. Prosseguindo, reportou-se às acusações contra o Poder Legislativo com relação ao pagamento de diárias aos Senhores Parlamentares, colocando a assessoria jurídica da Casa à disposição para que seus Pares possam se defender das acusações levianas divulgadas nos meios de comunicação. Reportando-se às acusações do Senhor Deputado Jânio Xingú, disse que não aceitará provocações, uma vez que os Pedidos de Informação não atendidos ainda estão dentro do prazo, ressaltando que a Mesa Diretora tem agido com seriedade para dar transparência aos trabalhos da Casa. Finalizou conclamando seus Pares para que o ajudem a resgatar a imagem do Poder Legislativo perante a sociedade roraimense. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação em turno único do Requerimento de Pedido de Informação nº 07/11, de autoria de vários Deputados, requerendo, após ouvido o Plenário, informações da Companhia de Desenvolvimento de Roraima - CODESAIMA, referentes à aplicação e investimento dos valores oriundos do empréstimo destinado àquela Companhia, conforme autorizado pelo Projeto de Lei nº 054/09; disponibilização de todas as informações referentes à comercialização no primeiro semestre de 2011 do couro bovino, bem como, cópia de todos os contratos firmados entre a Companhia e demais fornecedores de serviços e/ou produtos, incluindo seus Termos Aditivos, valores, prazos de vigência e demais informações pertinentes; e do Requerimento de Pedido de Informação nº 08/11, de autoria de vários Deputados, requerendo, após ouvido o Plenário, informações da Companhia Energética de Roraima - CERR, referentes a aplicações e investimento dos valores oriundos do empréstimo destinado àquela Companhia, conforme autorizado pelo Projeto de Lei nº 053/09. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento de Pedido de Informação nº 07/11. Colocada em discussão e votação, a matéria foi aprovada. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento de Pedido de Informação nº 08/11. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi rejeitado. **EXPLICAÇÕES PESSOAS:** O Senhor Deputado **Soldado Sampaio**, justificando sua ausência às últimas Sessões Plenárias, informou sua participação em reuniões em Brasília, buscando apoio político junto às lideranças de partidos para que a PEC 300, de interesse da classe policial do Estado, seja votada em segundo turno. Prosseguindo, destacou que, no dia 29, será realizado um grande movimento intitulado "Sem PEC 300 não há Copa do Mundo". Finalizou manifestando apoio aos Policiais e Bombeiros do Estado do Piauí que se encontram em greve por melhorias salariais. O Senhor Deputado **Brito Bezerra**, repudiando as afirmações feitas pelo Senhor Deputado Jânio Xingú com relação ao benefício do Governo, enfatizou que a classe empresarial padecerá perante seus fornecedores, por não ter condições de honrar seus compromissos, ressaltando que a classe muitas vezes tem bancado o programa social chamado vale solidário, visto que o Governo chega a ficar três meses sem repassar o valor, após a sua distribuição. Finalizou ratificando que a classe empresarial nunca se utilizou da prática ilícita de comprar, muito menos agiotar os vales, e sugeriu que o Senhor Deputado Jânio Xingú estude esses aspectos econômicos do Estado

para pautar seu discurso na verdade, e não em afirmações levianas. O Senhor Deputado **Erci de Moraes** convocou os membros da Comissão de Emancipação dos Municípios que envolve Bonfim, Cantá, Mucajá e Iracema para uma reunião, às 15, no Plenário. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas** encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 17, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 18/08/11

TERMO DA NÃO REALIZAÇÃO DA SEGUNDA MILÉSIMA TRIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia dezoito de agosto de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, por falta de quorum regimental, deixou de ser realizada a segunda milésima trigésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo segundo Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Compareceram os Senhores Deputados: **Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Gabriel Picanço e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 18/08/11

ATAS COMISSÕES

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 007/2011, REALIZADA EM TRÊS DE JUNHO DE 2011.

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, às dezoito horas e vinte minutos, na Secretaria Municipal de Educação do Município do Cantá, realizou-se Audiência Pública com a população local, com objetivo de prestar esclarecimentos relativos aos estudos de viabilidade da criação de novos municípios, com a finalidade de realizar o processo de emancipação municipal. Estavam presentes os Senhores Deputados Membros da Comissão Especial Externa: Erci de Moraes, Presidente; Marcelo Natanael, Vice-Presidente; Coronel Chagas, Relator; Aurelina Medeiros; e Flamarion Portela, Membros. Ausente o Senhor Deputado Joaquim Ruiz.

Abertura: Após a composição da Mesa dos Trabalhos, o **Prefeito do Município de Cantá, Senhor Josemar do Carmo**, deu início aos trabalhos da Audiência Pública cumprimentando todos os presentes, e em especial as Autoridades da Mesa, Deputados e Vereadores, agradeceu a presença dos Secretários, Vereadores, Diretores de Escola, cidadãos e cidadãs do Município, referiu-se ao momento como muito importante. O que está hoje para ser discutido aqui na Secretaria de Educação com esta Comissão que compõe a Mesa vai formalizar a criação de um Novo Município, e acredita ser o pontapé inicial, o primeiro passo muito importante para o Município de Cantá, e passou a coordenação dos trabalhos para o Senhor Deputado Erci de Moraes, Presidente da Comissão Especial Externa.

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão) – Agradeceu ao Prefeito Josemar, manifestou da sua satisfação em estar ali, juntamente com seis outros Deputados Estaduais, para dar início a um trabalho que deve culminar em pelo menos na criação de um Município, a partir do Município-mãe, que é o Cantá. Entendemos que, talvez, a área de maior potencial seja a área que abrange a Região de Félix Pinto, Vila União e outras. Mas, antes cumprimentar as autoridades presentes, começando pelo Prefeito Josemar, que tão logo fizemos o contato, foi extremamente ágil e diligente no sentido de mobilizar esta Reunião. Entendemos que está na hora de darmos os passos necessários para atingir o nosso objetivo, que é a criação de pelo menos um Município. Após cumprimentou os seus Colegas Deputados, Aurelina Medeiros, 1º Vice-Presidente e Presidente em Exercício da Assembleia Legislativa; Deputado Coronel Chagas, Relator dessa Comissão, da qual nós somos o Presidente; Deputados Dhiego Coelho e Flamarion Portela, Membros da Comissão. Dois Deputados, que deveriam estar presentes, por razões superiores não puderam: Deputados Marcelo Natanael, Vice-Presidente da Comissão e o Deputado Joaquim Ruiz, Membro. Enfim, cumprimentou o seu amigo dileto e companheiro de Partido, Vereador Francisco Alves

Lima, o Chiquinho, Presidente da Câmara Municipal, as Vereadoras Maria de Fátima Ferreira de Araújo, Ana Marta Costa de Castro, e Silvia Lobo de Matos, e os Vereadores Severino Cruz da Silva e João Ferreira Lima, a Vereadora Cláudia Rossana Pereira de Sousa, que também se fez presente no recinto; o Deputado Marcelo Natanael, Vice-Presidente desta Comissão. Mencionou também, pessoas que fazem parte do Grupo Técnico, designado pela Assembleia Legislativa, para realizar os trabalhos de levantamentos de dados oficiais e informações, tomar todas as providências, juntamente, com as autoridades dos Municípios interessados. Mas, esta Comissão que efetivamente, fará após, juntamente, com o trabalho político, aquela parte técnica, composta pelos Servidores: Lindomar Peixoto Coutinho, Presidente do Grupo; Josiane Salete Daubermann e Francisco Martinho Torres, Secretários; Waldemar Paracat, mencionou o Dr. Elias Augusto de Lima Silva; Dra. Karen Sheila Rocha Silva Negreiros, Sebastiana Brasão e o Professor e Historiador Senhor Aimerê, que por motivos de força maior não se fizeram presentes. E antes de passar ao tema, convidou o Deputado Marcelo Natanael para, também, fazer parte da Mesa. Prosseguindo, saudou as outras autoridades, como: Professores, Secretários Municipais e lideranças locais presentes, que não os nominou para não cometer o equívoco de omitir alguém. Pediu que todos ficassem à vontade na Audiência Pública, que a opinião da Comunidade é de extrema valia para todos. Para a realização dessa audiência pública, apresentou o seguinte roteiro: Grupo Técnico, liderado pelo Presidente, Lindomar Peixoto, fará sua explanação sobre os estudos de viabilidade para criação de novos Municípios em Roraima. Após seria aberto espaço para perguntas pela comunidade, momento em que todos poderiam tirar as suas dúvidas. Após os questionamentos da comunidade, fariam uso da palavra as Lideranças Locais e Autoridades, com o tempo de 03 minutos para expor suas idéias, também, questionamentos. Entendendo ser o tema de extrema importância para todos, de imediato solicitou ao Presidente do Grupo Técnico, Senhor Lindomar, iniciar a sua exposição.

Lindomar Peixoto Coutinho (Presidente do Grupo Técnico) – Cumprimentou o Prefeito Josemar e a todos os presentes, agradeceu ao Prefeito pelo seu apoio pela logística neste trabalho, ao Presidente da Comissão Especial Externa, Deputado Erci de Moraes, à Presidente em Exercício da Assembleia Legislativa e Membro desta Comissão, Deputada Aurelina Medeiros, ao Relator Coronel Chagas e demais Membros. Informou que irá tentar fazer, o mais breve possível, uma explanação como o trabalho da Assembleia Legislativa que vem sendo realizado com relação à Emancipação e Criação de Novos Municípios. Referiu-se à Constituição de 88, quando foi criada, trazia no seu art. 18, especificamente no Parágrafo IV, dizia que: a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, preservarão a continuidade e a unidade histórico cultural, do ambiente urbano, far-se-ão por meio Estadual, oferecidos requisitos, por Lei Estadual Complementar. Esta, foi quando foram criados vários Municípios em nosso Estado. Então, a Constituição dava amplos poderes para os Estados criarem seus Municípios, só que, houve uma alteração, uma Emenda Constitucional nº 15 de 96. A grande alteração foi justamente na Lei que dá competências aos Estados, ficou determinado por Lei Complementar Federal. Então, o que foi a mudança, no Parágrafo IV: a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, preservarão a continuidade e a unidade histórico cultural, do ambiente urbano, far-se-ão por meio Estadual, oferecidos requisitos, por Lei Complementar Federal. Esta foi a grande mudança que houve, e hoje a competência está a Cargo da União, porque, esta Lei Federal ainda não foi regulamentada, o que acontece? Já existe uma Lei em tramitação no Congresso Federal. Esta Lei foi aprovada no Senado, e está nas Comissões da Câmara dos Deputados Federais, e ela traz também alguns requisitos, só que, como ficou impedido aos Estados criarem os seus próprios Municípios, porque não existia esta Lei Complementar Federal ainda, só que alguns Estados deram continuidade ao processo de criação de Novos Municípios, como é o caso do Estado da Bahia, que tem o Município de Antônio Carlos Magalhães, e para resolver este problema da Bahia, a Constituição, o Congresso Nacional, evitou uma nova Emenda Constitucional que é a Emenda nº 57, de dezembro de 2008, que invalida todos aqueles atos praticados por aquele Município do Estado da Bahia. Então, a partir de 2008, através da Emenda Constitucional nº 57, ficaram válidos todos os atos da disposição funcional transitória, que passou a vigorar acrescido do art. 96, que ficam validados os atos de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, cuja Lei fosse publicada até 31 de dezembro de 2003. Isso aqui o Congresso feriu o princípio da segurança jurídica, porque quem tem autonomia para Legislar sobre a

Inconstitucionalidade ou não é o STF – Supremo Tribunal Federal. Isso ainda vai ter questionamentos. Então, o que os Estados começaram a fazer. Lá no art. da Constituição, diz que, para a criação de Novos Municípios, o Estado tem que viabilizar três estudos de viabilidade, que são: econômico-financeiro, político-administrativo e sócio-ambiental (que é uma novidade). É através da Lei de 98 que os Estados estão realizando os estudos, e é este, que está nas Comissões do Congresso Nacional. No estudo de viabilidade econômico-financeiro, ele traz alguns aspectos, que é justamente receita fiscal com base no ano anterior, receitas provenientes de transferências Federais e Estaduais, que são o FPM, ICMS, IPVA, repassados para os Estados. E, nós já estamos fazendo este levantamento. A estimativa de despesas com pessoal, custeio e investimentos na prestação de serviços públicos, isso é justamente para que as receitas dessa área que será envolvida futuramente, que todos nós estamos torcendo para que seja Felix Pinto e adjacências a preencher os requisitos que é o número de dois mil eleitores e cinco mil habitantes. E já estamos fazendo o estudo de viabilidade da área, quanto à viabilidade político-administrativa, temos levantamento com a quantidade de funcionários, bens imóveis, instalação de veículos e equipamentos necessários ao funcionamento dos Poderes Legislativo e Executivo, com isso, saber se a receita, que vai compor esse novo município, tem condições de bancar os Poderes Legislativo e Executivo, bem como deve existir uma estrutura composta por bens imóveis, instação, verificar a existência de veículos emplacados com endereços de Felix Pinto, Vila União ou adjacências. Isso tudo vai entrar no estudo de viabilidade, O grande marco é o estudo de viabilidade sócio-ambiental que é o levantamento do número de residências residências na Vila de Felix Pinto, número de casas feitas com alvenaria, madeiras e bens públicos, como: postos de saúde, escolas, se existe segurança naquela área etc, tudo vai ser levado em consideração, a estimativa de crescimento demográfico, a produção de resíduos sólidos e afluentes, isto é, a quantidade de lixo existente naquela região, isso tudo vai ser levado em consideração, a área protegida, unidades de conservação, áreas indígenas e militares. Podemos observar naquele mapa que está nos ajudando bastante, lá constam as áreas indígenas, áreas de preservação ambiental, Como eu falei, aquela região tem que contar com cinco mil habitantes, dois mil e quinhentos eleitores, imóveis na sede de, pelo menos, dez por cento do menor Município atual com núcleo urbano dotado de infraestrutura, ou seja, dez por cento dos imóveis existentes na vila de Felix Pinto para saber se atende ao número exigido do menor município que é o Uiramutã. Se no Uiramutã tiver mil casas, a Vila Felix Pinto deverá ter cem, esse é um dos pré-requisitos. Já temos dados do Uiramutã, onde não chega a quinhentas casas. Nesse caso, preenchemos os requisitos, passados todos esses aspectos, as localidades interessadas, através das associações de moradores, das lideranças locais, vão fazer um requerimento assinado por, no mínimo, dez por cento do eleitorado existente naquela região. Já estamos com estes dados, verificamos que existem os dez por cento. Feito isso, deverá ser encaminhado para Assembleia Legislativa que irá homologar o estudo de viabilidade, que é isto que estamos fazendo neste momento, fazendo estes estudos com bastante antecedência para, assim que for aprovada a Lei, esperamos que seja aprovada ainda neste ano, que é o desejo da Assembléia e, acho, de todos os moradores. A criação do município só tende a desenvolver a região. Feito isso, a Assembleia autotiza a realização do plebiscito, cujo resultado vai ser encaminhado ao TRE para realizar o plebiscito daquela área, sendo, nesse caso, todo o Município do Cantá irá votar no plebiscito e todo município vai dizer sim, caso contrário, se não passar no plebiscito, só depois de dez anos poderá haver um novo plebiscito para criação do município em questão. Portanto, o plebiscito é de suma importância, a participação dos senhores é que irá decidir porque vocês irão votar para criação deste novo município. Após a aprovação no plebiscito, a Assembleia fica autorizada, para através de Lei, criar e implantar o novo Município. Esperamos que isso aconteça ainda este ano, para no próximo haver eleição para o novo município de Félix Pinto. Esse é o trabalho que a Assembleia está desenvolvendo, realizando o estudo de viabilidade dessas áreas, antecipando e deixando todo processo pronto, e, assim, esperar a aprovação da Lei na Câmara Federal. Após essa aprovação, a Assembleia entra automaticamente criando estes novos Municípios. Os Deputados estão dando o maior apoio ao trabalho do grupo técnico, e esperam contar os colaboradores e moradores da região do novo Município e também do Cantá. Agradeceu mais uma vez ao prefeito pelo apoio logístico, apresentou o Grupo Técnico do qual ele é presidente; a Dra. Karen, o Dr. Elias, a Jornalista Tiana Brasão,

Francisco Martinho e Josiane Daubermann são os Secretários da Comissão; dois Assessores Especiais, o Senhor Waldemar Paracat, presente, o Senhor Aimerê Freitas que não pode vir, participava de outra Audiência. Obrigado.

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Como todos puderam constatar, após a esplanção do Grupo Técnico, que já está fazendo o estudo de viabilidade técnica, para nivelar as informações para todos os senhores, talvez fosse bom acrescentar, sem querer entrar no mérito da palestra que foi objetiva, lembrar que no plebiscito não vota só a região interessada em se emancipar, mas vota todo o Município-Mãe, diferentemente de antigamente. Então, este é um dado que tem que estar presente para se ter a idéia que devemos contar, mais do que nunca, com a compreensão dos Poderes e das Autoridades Municipais, das lideranças, independente de residirem ou não nas áreas a serem emancipadas. Feito este nivelamento, franqueamos a palavra aos membros da comunidade e lideranças, caso queiram fazer os seus questionamentos, esclarecendo assim suas possíveis dúvidas quanto à emancipação, o tempo não deverá exceder a 03 minutos.

Vereadora Ana Marta Costa Castro – Cumprimentou a todos os presentes, Prefeito, Deputados e ao Presidente da Câmara de Vereadores. Na oportunidade falou que gostaria de tirar uma dúvida sobre as Vilas, se elas são obrigadas, na divisão do Município, pertencer a um ou a outro Município, ou seja, alguns moradores da Vila Central, já a procuraram dizendo que não querem pertencer ao lado do Município que está sendo criado. Eles gostariam permanecer no Cantá. Eles vão ter o direito de opinar? De fazer esta opção?

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Tomou a palavra se dispondo responder. Segundo sua colocação, sem dúvida nenhuma, a população terá o poder de decidir pelo Município ao qual gostaria pertencer. E essa seria uma das preocupação dos sete Deputados presentes. Então, a nossa posição é de cautela, e na nossa programação, que depois o Deputado Chagas abordará, nas duas outras Audiências Públicas em duas Vilas que naturalmente terão que fazer parte do Novo Município, Félix Pinto e Vila União. As demais ficarão em aberto, nessas nossas discussões, nesse trabalho da Comissão e do Grupo Técnico, que estão estudando a viabilidade técnica, é que vai sair a decisão se a Vila Central entrará ou não nesses limites. Naturalmente que a opinião deles tem que ser respeitada, mas não haverá um plebiscito, isolado, deles. E, caso não estiverem de acordo, eles terão a forma democrática de se manifestarem. Caso o estudo de viabilidade técnica venha a demonstrar a necessidade de inclusão da Vila Central, a coisa vai mudar um pouco de figura. Eles terão que ser conscientizados, mas, obviamente, poderão exercer o direito de votar de forma contrária, votando contra a emancipação.

Remy (Professor de História da Escola Padrão do Estado) – Após cumprimentar os presentes, quis deixar claro que não é a favor nem contra a emancipação, pois ainda não tem uma opinião formada sobre o assunto, está estudando o tema. Diante da exposição, aí, eu verifico que nos Municípios, criados anteriormente, não existe uma vida fiscal própria deles, há uma dificuldade muito grande, e também, a despesa é maior do que a receita, falta muita coisa nesses Municípios. Não seria hora de investir nesses Municípios que já existem. Na outra vez que ocorreu as emancipações, e isso foi fato lá na Universidade Federal também, que muitos daqueles Municípios, criados naquela ocasião, foi uma tentativa desesperada das elites locais do Estado em evitar a homologação da terra indígena que já havia sido demarcada há muito tempo. Aqui, em estudos recentes, eu verifiquei que uma das intenções da Comissão Federal, pelo menos, é verificar a quantidade de eleitores, a preocupação é com os eleitores. Então, eu vejo, claramente, me desculpe esta Comissão, que está vendo a viabilidade sócio econômica e ambiental, e acredito que este estudo deve ser muito mais aprimorado, e a Vereadora fez uma colocação boa. Tem que verificar melhor os anseios das comunidades, porque os Municípios que foram criados, na última vez, a situação é muito precária, muito crítica. E para finalizar, deixou um pensamento de uma historiadora americana, Riane Asley “Devemos acabar com este sistema de dominação, agora nós devemos implantar o sistema de cooperação”, do jeito que está hoje o mundo está inviável a continuar desenvolvendo novas áreas em função da falta de programas, da falta de cooperação com estas comunidades, tem que começar a pensar mais humanamente e não eleitoralmente, obrigado.

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Professor, o sua pergunta, seu questionamento, envolve um lado eminentemente técnico, mas outro fundamentalmente político,

sou um emancipalista convicto, portanto me declaro até suspeito em responder, mesmo porque não quero monopolizar, vou abrir para que os companheiros da mesa, principalmente, os Deputados que fazem parte da Comissão, que se habilitem a responder.

Lindomar Peixoto Coutinho (Presidente Grupo Técnico) – Respondendo a parte técnica da pergunta do Professor. Colocou-se entender a preocupação do professor, mas, com respeito à receita do Município, teve um pequeno equívoco, porque as despesas de nenhum Município é maior do que a receita, até porque o Tribunal de Contas fiscaliza isso. Se ocorresse realmente o que o Senhor acabou de falar, vários Prefeitos já teriam tido alguma penalidade. Vemos, sim, que acontecem algumas distorções, mas isso não acontece com relação à Receita, ao FPM. O Cantá recebe, hoje, 1.0 de FPM, se for criado mais um Município, aqui, o Cantá vai passar de 1.0 para 0,6, e a este Novo Município será repassado 0.6 para ele também. Se somarmos estes dois valores: 0,6 com 0,6, ficará em 1.2, o que é maior que o valor recebido atualmente de 1.0. Portanto, esta região irá ganhar muito mais recurso do que recebe hoje. E isso deve ser colocado aqui com mais clareza. E com relação ao número de eleitores, não é o Grupo Técnico, nem a Comissão ou a Assembleia que estabelece isso, é a Lei Federal. Nós estamos seguindo o critério da Lei Federal, e não podemos mudar, infelizmente, com relação a isso não podemos fazer nada.

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Nessa parte da arrecadação de cada Município, à qual o Professor se referiu com ênfase, é uma questão que nada tem a ver com a emancipação, é uma questão que vem a remeter a outra instância de gestão. Concordo que os Municípios devam ter a condição de organizar a sua arrecadação, a sua receita, e não ficar eternamente dependendo do FPM. Agora olhando do ponto de vista político, nós vivemos uma situação que ninguém ignora aqui em Roraima, que o nosso Estado é mutilado por uma questão de criação de Reservas Indígenas, em áreas com dimensões desproporcionais, e Reservas de Áreas de APPs também descomunais, com reivindicações claras. E, outra, querem nos tomar a Serra da Lua. Então, nós somos um Estado quase do tamanho do Rio Grande do Sul e de São Paulo, geograficamente, nós ainda não ocupamos o nosso espaço territorial, cada Município criado, ainda que não tenha plena condição econômica, mas é mais um passo decisivo para que se possa tomar de fato posse daquela terra pertencente ao Estado, e com isso criar barreira, tanto para a expansão de áreas de Reservas Indígenas, às vezes, até improcedentes e desnecessárias, quanto das áreas de preservação permanente. Podemos pensar, o que significa para nós, aqui, tão pertinho, ficarmos com a Serra da Lua, que já serviu durante tantos e tantos anos para criação de gado, sem nenhum dano ambiental e, de repente, ficássemos privados disso pelo simples fato de que há uma Lei Federal, uma decisão Federal de que ali tenha que ser mais uma APP, contrariando o interesse e o pensamento da população local. Então, era isso que gostaria de colocar, que, na visão política do Professor, nós entendemos que serão poucos ainda os Municípios que iremos tentar criar. No Rio Grande do Sul, por exemplo, tem um pouquinho mais que Roraima, tem aproximadamente 500 Municípios, nós, apenas, 15, e ainda não tomamos posse efetiva desses 15. Então, por que não ampliar a área, para mostrar o interesse que temos em povoar e ocupar o espaço que pertence ao nosso Estado de Roraima?

Kennedy Leite (Secretário de Administração do Município) – Ao cumprimentar todos os presentes, e, quanto à divisão, perguntou: se ela será do Município-mãe, ou será incorporado àquelas áreas, por exemplo, no nosso caso aqui, nós temos aqui, no mapa, você podem observar, Caracará e Iracema que já está do outro lado do Rio, mas Caracará, segundo o IBGE, existe um pedaço, eu considero assim, uma certa quilometragem, uma extensão grande, que pertence a Caracará, outra por sua vez, hoje, é atendido pelo Município de Cantá. Então, pergunto: Neste caso, que é uma área grande será Félix Pinto, ou será apenas do Município-mãe, conforme o IBGE? E, em relação a esta divisão, podemos observar que ainda será objeto de estudo, vocês estão nas preliminares. Conversando com as Vereadoras de Félix Pinto, Sílvia e Cláudia, Vereadoras daquela região, presume-se, hoje, o Município com 18 Vilas e 3 Comunidades Indígenas, tenha os seus 13 mil setecentos e poucos habitantes, e pouco mais de 11 mil eleitores. Então, conforme os estudos, há condições de se criar o Município de Félix Pinto. Então, nós sabemos que Vila Central está a vinte quilômetros da Sede do Município, por sua vez o Rio Cachorro está na Vila Central, se for optar por se dividir pelo Rio Cachorro, nós vamos ter uma desigualdade geográfica em certo ponto. Porque, o PA União que está a 8 KM da Sede de Félix Pinto, vai ficar pro Cantá, o Tabóca por sua vez, provavelmente

ficará para Félix Pinto. Quem está no Tabóca, para vim para Félix Pinto, tem que andar os seus duzentos e poucos quilômetros. Então, eu até diria ao pessoal do Grupo Técnico que, como a Vila Santa Rita está a 20 Km de Félix Pinto, não seria uma divisão meio-a-meio, que seria FUNAI, que, por sua vez, seria dividido praticamente em seis mil e poucos habitantes para o Cantá, e seis mil e poucos habitantes para Félix Pinto. É uma sugestão, acredito seria o caminho mais certo para atender Santa Rita, que pega para lá e, naturalmente, a Vereadora Marta foi assim o seu comentário, isto é, a Vila Central, onde fica o Rio Cachorro, ficaria para o Cantá. Obrigado.

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Antes de passar ao Deputado que irá responder, não perguntei, mas me atrevo a dizer, que os sete Deputados integrantes da Comissão são Pró-Emancipação de bom senso. Mas, no caso da pergunta, o parlamentar que tem profundo conhecimento dos detalhes deste Município é, sem dúvida, a Deputada Aurelina. Então, peço a ela que responda a pergunta.

Deputada Aurelina Medeiros (Membro da Comissão Especial Externa) – Quando a Lei de Emancipação de Municípios, em 2006, nós já elaboramos o projeto de emancipação de Felix Pinto com a Vila Central, saindo do Cantá. Então, nunca houve, estou sentindo que há uma preocupação muito grande da comunidade, mas da parte da Assembleia Legislativa, temos um Grupo estudando, é preciso ter uma população que dê certo do lado de cá, do lado de lá também. A gente quer que as coisas aconteçam, a gente sabe hoje que há viabilidade, é interesse deste grupo da Assembleia, como um todo, quanto à Vila Central, nunca se pensou em ficar do lado de Félix Pinto. Então, só para as pessoas ficarem tranquilas quanto a isso. Claro, que, no final de tudo, cada um de nós vai falar, pois o nosso projeto não vai sair sem que seja submetida à apreciação de vocês, com certeza, a nossa proposta. Estamos estudando, o Grupo Técnico é responsável por este estudo. Vou até aproveitar para explicar mais um pouco sobre isso. A Assembleia dividiu o Estado em três Regiões, em cada uma dessas Regiões a gente formou uma Comissão Especial Externa, composta por oito Deputados. A nossa ficou com sete deputados responsáveis por Caracará, os Municípios do Sul, a outra Comissão cuida de Pacaraima, Amajari, Alto Alegre, Uiramutã, Normandia. Então, nós somos o Grupo Político, e nós criamos na Assembleia um Grupo de Técnicos, cujo Presidente é o Lindomar que fez a apresentação. Este Grupo está estudando tudo isso, é levantamento das casas, rendas, escolas, prédios públicos, levantamento sócio-econômico, sócio-ambiental, tudo isso, já para nos trazer uma posição, propondo mapas com limites. Então, a equipe técnica está fazendo todo este estudo, para que nós possamos, na nossa volta, discutir com vocês realmente, os limites, mas o nosso pensamento é que há viabilidade. Tenho certeza, a Vila Central ficará do lado de Cantá. Obrigada.

Vereadora Sílvia Aurélio Lobo de Matos – Ao cumprimentar todos os presentes, perguntou se o Município-mãe terá que dividir Receita com o Novo Município, ou será só a área geográfica que vai ser dividida? E se haverá outras Audiências na parte Sul também: Felix Pinto, Vila União, KM 20, os mais interessados na emancipação mas não estão aqui para discutir?

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – O Deputado Chagas, na condição de Relator da Comissão, vai responder o questionamento da Vereadora Sílvia.

Deputado Coronel Chagas (Relator da Comissão Especial Externa) – Cumprimentou a todos, manifestou de sua satisfação em estar no Município de Cantá, e que sente-se honrado em fazer parte da Comissão que está tratando de um assunto que diz respeito ao futuro do nosso Estado, do nosso Município, enfim, de todo o cidadão roraimense. Elaboramos um calendário de visitas primeiro na Sede do Município, falando com o Prefeito que é a autoridade maior do Município, com os Vereadores, e depois dessa visita que a gente informa à comunidade, e aí o Prefeito teve a sensibilidade de já convidar a comunidade da Sede. Acredito que tenha alguém das comunidades do interior aqui também. Mas, após nós termos, digamos assim, esta autorização, as portas abertas pelas autoridades do Município, nós vamos para Vila Central, Felix Pinto, Vila União, onde apresentaremos esta mesma explanação do Grupo Técnico, detalhando como vai acontecer a emancipação e, além de passar todas as informações, vamos ouvir a comunidade. É importante que se diga, que nós estamos aqui com o nosso planejamento para a Vila União e Felix Pinto, previsto para o dia 17/06, uma sexta-feira, Felix Pinto, às 15h; e Vila União, às 20h. Então, nós vamos ter um bom tempo para conversar e passar todas as informações. Com questão em relação à perda de receita, hoje o Município recebe 1.0 de Receita, que

é utilizado para todo o Município de Cantá. Mas, no momento em que houver a emancipação, em torno de seis mil habitantes irão ficar para o Novo Município, o Cantá passará a receber apenas 0,6, mas é evidente que ele vai diminuir também as despesas, porque praticamente a metade da população ficará para a outra área. E para esta outra área também vai vir 0,6, somados vai dar 1,2. Portanto, a população da região, como um todo, irá, sim, ganhar na arrecadação de recursos com a emancipação. Aproveitando também estas explicações, seria importante, ao invés de criar novos municípios, estudar uma forma de investir mais em cada área, através da emancipação, se formos perguntar aos moradores dos municípios que foram criados em noventa e cinco, acho difícil encontrar moradores que digam que preferem voltar à condição de distritos de outros municípios. É evidente, com o crescimento houve melhoria da qualidade de vida que aconteceu nos municípios já criados. Espero ter dado informações necessárias, para se criar um município é preciso obedecer regras, e uma delas é que haja, por parte da sociedade, um abaixo-assinado com, pelo menos dez por cento do eleitorado daquela região, que pretende se emancipar, direcionado à Assembleia Legislativa. De posse do abaixo-assinado e todo o resultado do trabalho, realizado pelo grupo técnico, será submetido ao Tribunal Regional Eleitoral, solicitando a realização de um plebiscito, onde todos os moradores do Cantá, não da comunidade que pretende se emancipar vão dizer se concordam ou não com a criação do novo município. Esse é um processo que precisa ser realizado com toda responsabilidade, ouvindo a comunidade. É isso que a Assembleia Legislativa está propondo, através da criação das Comissões Especiais, compostas por Deputados e o grupo técnico. Era isso. Obrigado.

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Continua franqueada a palavra.

Senhora Professora Joelma Ferreira – Boa-Noite a todos, sou Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais do Cantá. Nossa preocupação, neste momento, é com a receita porque sabemos que o FUNDEB é pelo número de alunos, e estamos discutindo uma pauta com o prefeito com relação ao plano de carreiras, precisamos aprovar o nosso plano de carreiras ainda este ano, que é uma das reivindicações dos servidores. Com certeza, a questão do FUNDEB e de outras receitas, vai cair mesmo porque tem que ser levado em conta número de alunos. Como vai ficar a questão dos servidores, porque hoje temos professores concursados de outras áreas nessas vilas, onde se pretende criar esses municípios, como fica essa questão?

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Para responder essa questão à Senhora, pedirei a um Membro desta Comissão que nada mais é que o ex Governador deste Estado, defensor intransigente da boa administração do FUNDEB, Deputado Flamarion Portela.

Deputado Flamarion Portela (Membro Comissão Especial Externa) – Boa-noite a todos. Professora Joelma, vou lhe explicar de forma sucinta e objetiva, a senhora tem razão o FUNDEB, quer seja do Estado, quer seja do Município tem o valor per capita, se pega o montante do FUNDEB e o divide pelo número de aluno, se obtem a per capita aluno, acontece que fazendo um raciocínio aritmético elementar, se a metade dos alunos for para o novo município, consequentemente, na cabeça de vocês não, mais haverá um ganho, porque temos o índice do FPM um ponto zero, quando dividirmos metade para lá, metade para cá a somatória desses dois índices, cada um com zero ponto seis, teremos um ponto dois, se considerarmos que metade desses alunos for para lá, vamos ter uma per capita do FUNDEB maior. Então, há um ganho nos valores do FUNDEB, sim, não em valores absolutos, mas em valores relativos, e o que vale para nós são os valores relativos. O aluno per capita do Cantá, daqui, ou seja, do outro município vai ficar maior, não sei se você entendeu, mas pela aritmética simples vai crescer o valor por aluno no recurso do FUNDEB.

Professora Idália Pimenta – Boa Noite, estou lotada na Secretaria de Educação, como Diretora do Departamento de Ensino, gostaria de saber, vocês falaram que é louvável a criação de um novo Município, mas vocês já pensaram depois da criação desse, que programas vocês irão trazer para este Novo Município para poder Crescer? Porque, assim, o Cantá cresceu até um certo ponto. Depois ele estagnou, porque não tem receita própria, não tem uma indústria, um comércio forte. Que formas vocês irão trazer para melhorar as condições da população local? Qual alternativa esta Comissão está pensando para os moradores? O meio de emprego aqui é a Prefeitura, ou você é contratado, ou você é concursado, ou vai para a lavoura. Tem algum estudo para melhorar? E como a Joelma colocou, a nós estamos querendo nosso plano de cargos e carreira, sou concursada no Município

desde de 2003, ganho o mesmo salário, já terminei o curso superior, uma Pós Graduação, mas continuo recebendo o mesmo salário de nível médio. Qual a preocupação de vocês em relação a nós do lado de cá, depois que for dividido este Município? Obrigada.

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Professora, a Senhora volta a insistir no mesmo assunto do Professor ali, e eu volto a insistir em um aspecto, eu diria mais, aqui nesta mesa tem o Deputado Flamarion que já foi Governador deste Estdo, tive o privilégio de ser seu Vice por dois anos, acredito que qualquer um de nós se voltasse a exercer esta função, hoje, pelo menos eu penso assim, uma das medidas que tomaria de imediato, ao sentar na cadeira de Governador seria assumir os custos de contratar uma empresa de alto nível para organizar nos 15 Municípios do Estado a Arrecadação Tributária. O problema do nosso Estado é que ele foi criado sobre a égide de um certo paternalismo, vamos dizer assim, de que nunca se teve a preocupação até mesmo com a Arrecadação do nosso Estado, quanto mais dos Municípios. Mas é uma necessidade imperiosa de que alguém, alguma instância que tenha poder de gestão para isso tome alguma iniciativa. A gente entende, por outro lado, que os Municípios cresceram, e, como disse o Deputado Chagas, nenhum gostaria de voltar à situação anterior, talvez o Cantá não seja tanto porque já era uma colônia próspera quando partiu para a emancipação. Mas Iracema, por exemplo, era uma vila inexpressiva, vamos perguntar para eles hoje se eles querem voltar, a retroagir a Distrito, com certeza não. Então, o que se precisa é que haja uma decisão maior que dê aos Prefeitos atuais suporte, para que possam fazer a organização tributária nos Municípios. Nós não podemos mais protelar esta situação, mas ela não afeta e não tem uma relação direta, no meu entendimento, com o processo de emancipação. As razões que nos levam a emancipar são outras bem mais relevantes que é referente à ocupação do nosso espaço territorial. Não sei se consegui esclarecer.

Vereadora Claudia Rossana Pereira de Sousa – Cumprimento a todos, gostaria de contribuir com uma sugestão. Falaram há pouco que foi elaborado um calendário na Comissão, através do qual contemplaria duas Vilas que seriam Félix Pinto e Vila União. Acredito, porém, que até pelas dúvidas que estão surgindo sobre as vantagens e desvantagens de se criar um Novo Município, este calendário deveria também respeitar um padrão de informações maior dentro do Município, dentro de Escolas e das Comunidades, para que a população tenha uma informação sobre as vantagens e desvantagens de se criar um novo município. Gostaria de saber se isso foi pensado, se dentro da Comissão da Assembleia, se o Legislativo interno do Município vai fazer parte direta ou indiretamente de uma Comissão para acompanhar o trabalho do Legislativo ou do Grupo técnico? Boa-noite.

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Eu gostaria de lhe responder, mas tenho que dar oportunidade aos componentes da Comissão, mas há um Deputado, aqui, sequioso para lhe dar esta resposta. Então, solicito ao deputado Marcelo Natanael responder o seu questionamento.

Deputado Marcelo Natanael (Vice-Presidente da Comissão Especial Externa) – Em primeiro lugar Boa tarde a todos, sua pergunta é interessante. Quarta-feira, em uma reunião desta Comissão, juntos com o Coronel Chagas, Relator desta Comissão, chegamos ao consenso de que o calendário deveria começar por vocês, representantes sindicais, Vereadores, Prefeito, que são os formadores de opinião, que a discussão fosse começada por vocês, para nos ajudarem a desenvolver o trabalho, levando à população a discussão a respeito dos prós e contras sobre a criação dos novos municípios. Esse foi um pedido meu para a Comissão: vou tornar a fazer aqui para senhora, sugerir para Comissão que sejam preparados informativos, mas informação melhor não só para as pessoas que estão aqui, que são as formadoras de opinião desse município. Espero ter respondido sua pergunta. Obrigado!

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Deputado jovem falou bem, falou bonito, vamos abrir para mais um questionamento e encerrar essa fase. Não posso deixar o meu colega Dhiego sem a oportunidade de dar uma resposta.

Senhora Marluce Figueredo (agricultora familiar) – O que trazem vocês na discussão de criar Novos Municípios para o campo, o que vocês pensam para o campo, para o mundo rural. Na criação desses novos municípios, pois, temos hoje uma política que não atende à agricultura familiar, nem aos agricultores nem aos produtores. Qual o novo modelo para o campo a partir da criação de novos municípios? Esperamos que realmente seja contemplado e que realmente melhore a vida de quem trabalha no campo, que precisa muito melhorar. Está muito difícil a atual situação.

Deputado Dhiego Coelho (Membro da Comissão Especial Externa) – Boa-noite a todos, cumprimento o Prefeito Josemar, Dona Chiquinha, os Deputados, os Vereadores, Professores e Professoras aqui presentes e a comunidade em geral. Bem, estamos, aqui, falando da emancipação das Vilas, e a pergunta da Senhora Marluce faz parte dos planejamentos governamental e municipal, faz parte da gestão do prefeito, do governador, desenvolver um trabalho voltado para agricultura. Mas quero salientar que nós, enquanto Deputados, estamos trabalhando na elaboração de projetos. O Deputado Erci, juntamente, com a Deputada Aurelina, são defensores da agricultura, fazem projetos voltados para a Agricultura. Ontem, o Deputado Erci fez um requerimento criando uma frente Parlamentar de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Deputado Gabriel Picanço que vem lutando fazendo projetos, preparando terras para pequenos agricultores da agricultura familiar, cuja propriedade tem de um a três hectares, dentro de parceria do Executivo com o Legislativo Estadual e Municipal, para que possam desenvolver a agricultura familiar. Senhora Marluce, reconhecemos haver pouca assistência na agricultura, mas na medida do possível estamos fazendo esse trabalho para, no menor tempo possível, possa ocorrer a emancipação, servindo para as próximas eleições de dois mil e doze. Fico preocupado com os moradores, daqui, da sede dos municípios que muitas vezes têm que ir daqui para Boa Vista para resolver suas questões. Imaginem, aqueles que moram dentro de uma vicinal, sem acesso até a sede do Município. Então, com a criação de um novo município, vamos pensar que estaremos dividindo o município em dois, nesse caso, o acesso vai ser mais rápido em vez do morador da Vila União ou de Felix Pinto se deslocar até a sede do Cantá, poderá se deslocar para sua própria sede que terá as mínimas estruturas para atendê-lo. Nossa preocupação é com aqueles que estão mais longe da sede de seu Município, bem como de Boa Vista. Então, junto com os demais Deputados estamos atuantes no processo de emancipação dos novos municípios, caso não ocorram agora, terá que acontecer no futuro. Entendo que, quanto antes melhor. Era o que eu tinha para falar para vocês, boa-noite, e obrigado.

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Não digo? O Deputado Dhiego já levou palmas, já iam terminar esta fase, mas assumimos o compromisso de conduzir o seminário de forma democrática, e não poderia deixar de fora uma batalhadora sindical, da agricultura familiar, a minha amiga correligionária Maria.

Senhora Maria Alves (Agricultora) – Boa-noite a todos e a todas, minha pergunta à Comissão é se estão pensando a forma de se criar e estruturar esse Novo Município, com hospitais, postos médicos equipados, educação descente e de uma maneira adequada para a população, aos produtores rurais? Enfim, qual é o pensamento de vocês quanto à Criação e estruturação deste Novo Município?

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Informei que poderia solicitar para qualquer um dos Deputados responder a pergunta da Dona Maria, mas faço questão de respondê-la. O nosso propósito em relação ao Município do Cantá, é atender a uma aspiração antiga da Região da Confiança Três, com epicentro em Félix Pinto e Vila União, e criar um Município. Como foi mostrado pelo Grupo Técnico, as exigências da provável Lei Federal, que deverá valer para isso, não permite que se crie, assim, de forma atabalhoada, um Novo Município. Agora quanto à segunda colocação, se haverá ambiente favorável à saúde, desejo do fundo do coração que sim, mas não faz parte deste momento em que nós estamos trabalhando para emancipar o Município. Não vamos misturar as coisas. O Deputado Dhiego Coelho colava, aqui, antes, e que, ontem mesmo, apresentei uma Proposição, que não foi só uma Proposição, ela foi aprovada por unanimidade, recriando a Frente Rural para que ela venha a ser um Fórum permanente no debate central da agricultura, nós também pensamos assim. Estou disposto, como todos os meus colegas, a qualquer evento que seja promovido, aqui, para debater seja agricultura familiar, agricultura de porte médio, ou para grandes agricultores, nós estamos dispostos a somar, dar a nossa contribuição. Porém, neste momento, não gostaria de trazer estes componentes para a discussão. Então, minha gente, concluímos esta parte, e passaremos à segunda, onde franquearemos a palavra às autoridades que queiram fazer o seu pronunciamento, com o tempo, de no máximo, 3 minutos.

Vereador Francisco Alves Lima (Presidente da Câmara Municipal de Cantá) – Cumprimento a todos os presentes, o Senhor Prefeito, e, em nome do Deputado Erci, cumprimento os Deputados Estaduais. Destaco uma situação, ocorrida na emancipação passada da qual nós participamos, a Deputada Aurelina, o Prefeito e outras pessoas,

muitas vezes, encontrávamos pessoas dizendo que não ia dar certo, mas aconteceu, Deputado Flamarion, naquele tempo, lembro que tínhamos a Prefeitura no Bonfim, vejamos a distância do Bonfim para chegar ao Cantá, quantos quilômetros! Às vezes, nesta nossa região, nós não tínhamos nem direito a um carro de mão, a partir do momento em que foi criado o Município do Cantá, a estrutura mudou. Quero dizer a todos os presentes que eu Chiquinho estou empenhado em conscientizar a população do Município do Cantá, que o melhor para o desenvolvimento da Região é a criação de um Novo Município. E que não só, como a companheira Maria falou sobre a agricultura, não só no Cantá, mas no nosso Estado, está diferente de quando nós iniciamos em 1988 e em 1990. A Deputada Aurelina e o Deputado Erci acompanharam, naquele tempo, a agricultura familiar era diferente da de hoje. Quero dizer para a Marluce e Maria, que no nosso Município noventa por cento dos agricultores têm dívida no Estado, e que hoje a agricultura familiar não decola sozinha, sem ter um Banco para estar financiando a agricultura familiar. Hoje, a carência, Deputada, dos pequenos produtores, é estarem com o nome no CERASA, devido a um pequeno financiamento, que não conseguiram pagá-lo. Então, quero desde já, em nome da Câmara, dezer a esta Comissão que estamos empenhados em levar esta solução para o Município do Cantá.

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Com a palavra a Vereadora Fátima.

Vereadora Maria de Fátima Ferreira de Araújo – Cumprimento os componentes da mesa e todos os presentes. Cheguei ao Município no dia 13 de fevereiro de 95, acontecia esta mesma discussão pelas Vilas, quando muitos diziam que não queriam a emancipação, alegavam que era só mais uma forma para robalheira, que só queriam aumentar o bolso deles. Pois, eu digo, gente, é muito importante, prestarem atenção, comparo a uma dona de casa, que tem uma casa muito grande, quando ela limpa a sala, quando ela chega na cozinha, a sala já está suja de novo. Então, criado o nosso Município, a Sede vai ficar mais perto de nós, assim, facilitará a instalação de benfeitorias. Estou aqui para somar, considerando que o nosso Município é muito grande, muito extenso, enquanto as verbas são poucas, e repartindo este pouco, fica menor ainda. E como já foi falado aqui, ao criar um Novo Município, a receita vai, em um primeiro momento, diminuir, mas se somarmos as duas receitas iremos ganhar. Como o nosso Professor falou, ele estava se referindo as outras gestões, isso depende de pessoas que tenham caráter e competência para governar, de saber administrar. Se soubermos administrar, dá certo. A população só tem a ganhar! Obrigada.

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Passo a palavra para o Vereador Severino.

Vereador Severino Cruz da Silva – Cumprimento a todos os presentes, observando as informações tanto do Grupo Técnico, como dos Deputados, acredita-se que a criação de um Novo Município só trará melhorias às pessoas, moradores mais distantes da Sede do Município hoje. Como falou o Deputado Dhiego e o Natanael, acredito que diante dessas esplanasões, a população mais distante, a de Félix Pinto e Vila União, que almeja esse objetivo, só terá a ganhar com a emancipação tanto no aspecto político, quanto social, a população vai ter os seus representantes mais próximos, que servirão de elo entre o Município e as autoridades Estaduais, como Deputados e Governador. Agora, a questão política, depende só da sociedade, da região, porque quem escolhe os seus representantes é o povo, não é verdade? Aproveito a oportunidade para parabenizar a Comissão pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo.

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Com a palavra o Senhor Nilmar.

Senhor Nilmar (Secretário de Agricultura do Município de Cantá) – Agradeço a Deus a oportunidade para discutir o futuro da nossa região. E, em nome do Presidente da Comissão Deputado Erci de Moraes, cumprimento os demais membros da mesa e a todos os presentes. Manifesto a minha preocupação em relação ao 1% destinado ao Município de Cantá, frequentemente acompanho o Senhor Prefeito, como Secretário de Agricultura do Município do Cantá, observo que, ao final do mês, este 1% varia de 27 a 28 mil reais, e ainda descontam. O Município do Cantá, hoje, não pode cobrar IPTU, porque as terras são da União, não vão passar para o Estado. Até o presente momento, o Município está à deriva. Então, a minha preocupação maior, com a criação do novo Município, é se não vai haver mais pessoas a passar necessidade. Posso citar aqui, o caso da Polícia Militar, Karl Marx citou no Século XIV, que era atribuição do Estado, de fato e de direito, zelar pela integridade física e moral do cidadão. Vejo o Tenente da Polícia Militar aqui conosco, está vindo Polícia da Félix Pinto, da Vila União. Então, Senhor Presidente, o Cantá, como já acabei de citar,

temos acompanhado o Prefeito, está inadimplente até hoje. Não pelo Prefeito Josemar, como a Professora perguntou pelo aumento salarial, mas infelizmente quando ele herdou o Município, discordo do técnico que passou por aqui, falou que nenhuma pessoa seria penalizada. Eu discordo porque tem, se você puxar no Tribunal de Contas, você vai ver um indivíduo ou outro que já foram indicados por improbabilidade administrativa sucessivamente. Então, minha preocupação hoje, como costumamos dizer, vivemos de esmolas, considerando o repasse pelo Governo Federal para o Município do Cantá. Fica difícil ao atual gestor apresentar um bom trabalho neste Município. Dentro deste contexto geral se perguntou: Será que não vai ser mais um Município falido? Obrigado.

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Com a palavra Senhora Elci do Socorro.

Senhora Elci do Socorro (Professora e Coord. de Legislação e Normas da Secretaria de Educação) – Em nome de nossa Secretária, que não pode estar presente, saúdo a todos. A minha posição é favorável à criação do Novo Município. Sabemos que o início de tudo apresenta suas vantagens e desvantagens, mas penso muito na situação de Félix Pinto para lá, por exemplo, nós estamos trabalhando com o censo escolar que, está se aproximando, temos que fazer o censo, e ainda não tivemos condições de falar com o Professor da Escola Pau Brasil, da BR 432, Vicinal 21. Começa por aí, vocês podem ter uma idéia da dificuldade que temos de estar com este trabalho em dia. O MEC dá um prazo para as Prefeituras, para as Secretarias de Educação, tanto do Estado quanto dos Municípios apresentarem este Censo Escolar. Todos sabem também que o dinheiro do FUNDEB gira em cima do censo quanto ao número de alunos que temos nas escolas. Portanto, penso, como educadora, na melhoria da educação, é a partir da educação que se constata a melhoria de tudo, e sou a favor da emancipação. Há pessoas contra, mas têm todo o direito, pois vivemos uma Democracia. Por exemplo, hoje recebi a Professora Andréia da Escola Cícero Pereira, Vicinal 14, BR 432, com os documentos dentro de um saco plástico para poder apresentar os seus trabalhos. Em anos anteriores, foi prometido em campanhas eleitoriais, que para melhorar a Sede do Município do Cantá, seria criado uma Sub-Secretaria na Félix Pinto. O objetivo, era justamente dar um atendimento às escolas daquele lado. Ontem, por exemplo, a equipe pedagógica se dirigiu à Escola Presidente Tancredo Neves, não conseguindo chegar. É isso que eu tenho a dizer. Esperamos que, com a criação do novo Município, as coisas irão melhorar. A Sede do Município ficará mais próxima da população, facilitando assim o nosso trabalho, eliminando a dificuldade da distância do Poder Municipal. Obrigada!

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Encerramos assim a participação da platéia, e disponibilizamos espaço para os componentes da mesa fazerem os seus pronunciamentos, colocando os seus pontos de vista quanto à emancipação. Com a palavra ao Deputado Marcelo Natanael.

Deputado Marcelo Natanael (Vice-Presidente da Comissão Especial Externa) – Serei bem objetivo nas minhas colocações, cumprimento os sete Deputados presentes, o Prefeito do Município e Vereadores. Mas como falei anteriormente, a classe formadora de opinião do Município com certeza não estaria nos colocando a favor da criação de um Novo Município se isso não resultasse em benefícios para vocês, pelo contrário, a gente tem a idéia, como falou a Professora Idália, que o Governo de Roraima tem compromisso de fomentar a Agricultura Familiar, o Deputado Erci já falou, que, ontem, criou a Frente Parlamentar da Agricultura, para desenvolvermos a Agricultura e a Pecuaría deste estado, que é a tendência natural para isso. Então, os programas estão sendo estudados para desenvolver. Às vezes, a gente fala, é um pouquinho, são só cem quilômetros de Boa Vista para o Bonfim, mas não é não, está aqui o Coronel Chagas que conhece bem a Região. Vocês também conhecem, é muito extenso. Então, às vezes, o Prefeito fica com os recursos limitados, sem saber se aplica na sede do Município, ou em uma Vila, e ainda algum político da Região fica lá falando mal. Olha, fez lá na cidade, porque não faz aqui. Temos que parar de nos preocupar em achar culpados, e procurar dar condições para que o Município cresça. A escola a que a professora se referiu, tem casos no Rio Branco, de pessoas que para receber o seu salário em Caracará, sai de Santa Maria do Boiaçu, leva três dias de barco para vir e dois dias e meio para voltar. Então, a outra Comissão vai ter um trabalho até maior do que o nosso para discutir. O que eu quero dizer para a Senhora, procurando ser objetivo (inaudível) já ultrapassou Caracará em crescimento, imagina se fosse vila. Hoje, se observa que Iracema está competindo com Caracará em questão de desenvolvimento. Então, nós como Deputados temos o compromisso com vocês, não só

de vir aqui e dizer que é bom, mas trabalharmos, depois que esses Municípios forem criados, e também, ao Município-mãe, colocarmos nossas Emendas destinadas a construção e melhorias para vocês.

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Pela ordem que estabelecemos, seria a vez do Deputado Dhiego, mas ele se deu por satisfeito nas suas colocações. Então, o próximo será o Deputado Flamarion, com três minutos.

Deputado Flamarion Portela (Membro Comissão Especial Externa) – Senhor Presidente mais uma vez boa-noite a todos, vou falar com rapidez: primeiro anotei a sequência das pessoas que participaram, Vereadora Marta, Professor Remi, Vereadora Silvia, Professora Joelma que foi solidária, Vereadora Claudia, Marluce, Dona Maria, Chiquinho, Vereadora Fátima, Presidente da Câmara, Vereador Severino, Nilmar e Professor Alcir. Vou iniciar com uma parábola: Certa vez duas crianças estavam brincando em cima do gelo, quando o coleguinha se afogou, a outra criança quebrou o gelo e conseguiu trazer pelo cabelo o coleguinha à superfície para respirar, depois os bombeiros chegaram a esse local, estarrecidos, assustados questionaram, com é que essa criança havia conseguido quebrar o gelo e salvar seu coleguinha. Do nada apareceu um velhinho de cabeça e barba branca que disse: É porque não havia ninguém pra dizer que ele não conseguiria. A força dele foi maior do que a opinião de alguém que poderia ter dito: você não vai conseguir, então a criança poderia morrer. Estou dizendo isso porque o Município só será criado, aqui ou em qualquer outro canto, se a sociedade decidir, se o povo daquela região decidir. A Assembleia é um mero instrumento legalizador da vontade soberana do povo é, através do plebiscito, se uma dessas fases, aqui, enaltecida e destacada pela Equipe Técnica falhar, o Município não será criado. Então, a Assembleia, que é representante também do conjunto da sociedade, é mero legalizador, fomentador, formalizador de todo processo para que culmine em uma Lei, que será sancionada pelo Senhor Governador e publicada. Só assim o Município será criado. Então, para deixar muito claro para vocês, nós, desta Comissão que já discutiu, o Presidente assim sabe disso, não vamos vender ilusão em qualquer lugar, criar por criar Município, tem critérios, mesmo a Assembleia que também é um Poder formal, que formaliza as Leis. Ela também se submete a Leis superiores que são emendas pelo congresso nacional. Então, a decisão é exclusiva de vocês. A Deputada Aurelina era Deputada e eu também, em mil novecentos e noventa e cinco, participamos da emancipação dos Municípios: Cantá, Rorainópolis, Iracema, Pacaraima. Hoje onde quer que você vá, você sente que houve uma evolução, e nesse sentido a Senhora Idália colocou algo ali que quero comentar. Acontece, minha querida professora, que o sistema até agora adotado no nosso Estado se exauriu, ou nós criamos uma nova matriz econômica, ou criamos expectativas, novos caminhos, novos horizontes ou daqui a algum tempo nem Estado, nem Município, conseguirá sequer pagar o pessoal, seu pessoal ativo e inativo, o Poder Público não suporta bancar tudo, gerar tudo, todos os empregos, todos nós que aqui nascemos, temos família fora, onde é que a partir do Amazonas, vimos emprego gerado pela iniciativa privada, você vai ao Estado do Amazonas, ninguém fala em governo, prefeitura, falam em distrito industrial, zona franca de Manaus, comércio forte, lá e que são gerados empregos. Enquanto aqui, sabemos que tudo gira em cima do Poder Público, vocês, os professores, cuja responsabilidade social é muito grande, eu dizia quando era Governador, que professor é mais importante do que a figura do Governador, é o agente público mais importante em qualquer sociedade, vocês formam gerações, vocês constroem o futuro. Portanto, precisamos estar amparados por um plano de cargos e salários, sim, precisam participar do controle oficial dos recursos do FUNDEB, vocês tem a responsabilidade, professora Joelma, de entender, saber quanto efetivamente o Município recebe, como é aplicado, quanto é destinado ao pessoal, o que sobrou, e o que não sobrou. Mas, quanto à lógica, que a professora Alcir comentou, o FUNDEB vem de acordo com o número de alunos, foi por isso que usei aquela aritmética, o FUNDEB vem de acordo com o número de alunos. Então, de repente, se vocês todos se emanciparem, terá que ter mais recursos para pagar o salário de vocês. Os professores hoje podem atender toda área do Cantá, porque a metade dos professores deve ficar para lá, depois, acordado com o novo Prefeito, e aí, aqueles que já estão naquela área serão ativos pelo novo Município, e terão também essa parte do FUNDEB, para ser partilhado, deverão receber sessenta por cento do montante do recurso do FUNDEB. Portanto, sou daqueles que acredita que o município traz benefício. Primeiro, a próxima administração da sociedade; segundo, além de termos um ganho, regionalmente falando, tem diária municipal de vinte por cento dos recursos do FPM. Hoje é X, amanhã será vinte por cento a mais do que esse X; terceiro, pode receber convênios, convênios para infraestrutura, saúde, educação. Pode construir através de emendas parlamentares estadual

ou federal, além de convênio direto com os órgãos ministeriais para conseguir desenvolver aquela região. A Professora falou que aqui prosperou e estagnou, isso porque temos que melhorar nossa cidadania, estou aqui diante de um prefeito, e tenho coragem de dizer, que nós temos que cobrar mais dos nossos governantes, nós temos que cobrar mais da Câmara Municipal. A Câmara Municipal tem três nobres missões: Legislar, fazer Leis que sejam boas para a sociedade, Fiscalizar a aplicabilidade dos recursos públicos e Representar a Sociedade. Vocês delegaram através do voto uma carta de confiança para cada Vereador, cada Deputado representá-los, na defesa dos interesses da sociedade. É assim que vamos fazer um Estado mais eficiente, exigindo políticas públicas, que sejam boas para todos, não para alguns. Acredito que a criação de novos Municípios so trará melhoria para aquela região. Muito obrigado.

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Com a palavra o Deputado Coronel Chagas, Relator nesta Comissão.

Deputado Coronel Chagas (Relator da Comissão Especial Externa) – Vou procurar contribuir com algumas informações, quero começar dizendo o seguinte: para todo este processo, em qualquer política pública, em qualquer ação, qualquer programa, é necessária a mobilização comunitária, se não acontecer isso, dificilmente as coisas chegam a um final satisfatório. A criação de novos municípios é fundamental para o desenvolvimento do Estado, segundo o Deputado Erci, no Rio Grande do Sul tem mais de 500 municípios, Minas Gerais são mais de 800, certos Municípios no Brasil têm 900 habitantes, no Cantá tem 13.778.000 no Cantá, como falou a Professora, funcionária da Secretaria de Educação: as distâncias são grandes, no Rio Grande do Sul roda-se 50 km, passando por 45 municípios. Isso prova que quanto mais Município melhor para o desenvolvimento, porque as distâncias se incurtam. Então, tudo depende da participação popular, de mobilização comunitária,. Nota-se, aqui a metade das cadeiras vagas, quando o assunto é de fundamental importância para o Município. Se não houver participação, as coisas não acontecem, se por um acaso o plebiscito não for favorável, quem perde é todo o Município, e só poderemos tratar novamente na próxima legislatura. Então, estaremos na Vila Félix Pinto no dia 17, deste mês, sexta-feira, às quatorze horas, reunidos com a comunidade, e às dezesseis horas, na Vila União, para tratar desse assunto, com informações, debates, para esclarecer dúvidas. Então, solicito desde já aos Vereadores, ao Prefeito e seus Secretários, lideranças, professores, informem seus amigos, vizinhos para que ajude mobilizar a comunidade dessas Vila para reunião no dia 17, não só da Vila mas também das vicinais. É uma campanha, quanto ao plebiscito, o TRE só vai liberá-lo no momento em que tivermos cumprido todas as fases, como: abaixo-assinado com pelo menos 500 assinaturas de quem mora na região, comprovando, através do título, encaminhando, através de ofício ao Presidente da Assembleia. Então, essas informações iremos levar para comunidade, recebido esses documentos vai para Comissão que foi constituída, com o Grupo Técnico e vai reunir todas as informações como de moradores, eleitores, números de casas, prédios públicos, escolas, tudo que tem nessa região, então irão dizer se tem condição ou não de ser transformado em Município, assim vamos está com o trabalho concluído na Assembleia, e vamos ficar aguardando a aprovação, na Câmara dos Deputados, da Lei que regulamenta as normas para criação de novos Municípios, e sancionado pela presidência da república. Então, a nossa idéia é cumprir todas essas fases, e só ficar aguardando a Lei ser sancionada. No momento de sanção, estaremos com o trabalho pronto, quando o Presidente da Assembleia encaminhará esse trabalho todo para o Tribunal Regional Eleitoral, que e vai prever a realização do plebiscito, oportunidade em que todos os moradores eleitores vão dizer se concordam ou não com a emancipação. Então, essas são as fases, como falei, precisamos levar essas informações a todos os moradores do Cantá, daí o motivo pelo qual estamos fazendo essas Audiências Públicas. Pedimos, mais uma vez, que nos ajudem a mobilizar a comunidade para estas Audiências Públicas, depois levem essas informações às Escolas, Secretários Municipais, Vereadores nas suas bases. A partir daí, teremos uma comunidade consciente de todas as informações, e, portanto, pronta para votar quando acontecer o plebiscito. Agradeço a compreensão de todos, colocando-me à disposição de todos aqui do Cantá.

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Com a palavra a Deputada Aurelina Medeiros.

Deputada Aurelina Medeiros (Membro Comissão Especial Externa) – Saúdo o Prefeito, Presidente da Câmara, Vereadores, Professores, Comunidades, meus colegas, equipe da Assembleia. Anotei

tudo, mas não dá tempo de responder a todos, vamos ter muitas oportunidades. Hoje, é nossa primeira reunião, e vou falar um pouco em nome da Assembleia também. O nosso Presidente Deputado Francisco Guerra está viajando para Cuiabá para o Parlamento Amazônico. E, como, Vice-Presidente, estou respondendo por ele, gostaria de dizer que a criação de Municípios, embora seja um programa também da Assembleia Legislativa, mas não temos o poder de criá-los. Vamos preparar toda documentação, providenciar tudo o que é possível, todos os estudos que a Lei pede. Junto com o Deputado Flamarion, estávamos lembrando que há dezesseis anos adiscutíamos a emancipação do Cantá, brigando para criar, o Cantá havia se manifestado, através do plebiscito, a população já tinha dito não, e, portanto, não foi criado. Quem viveu que o diga, todo jovem lembra, lembra que o Cantá, apesar de estar próximo de Boa Vista não tinha nada. Sou do tempo da abertura das Confianças, sou do tempo em que o carro atolava dez vezes daqui para Boa Vista. Com a criação dos Municípios que trouxe asfalto até BR Federal, hoje, há brigas por asfalto, se pretende estender a Manaus, saindo por aqui. Nos dezesseis anos, o avanço é muito grande, quem conhece o Cantá e quem conheceu a colônia do Cantá, chamado Bráz de Aguiar, no tempo do Território Federal, percebeu o avanço, após ser criado. Temos problemas, sim, tal qual o Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, os grandes Estados têm assistimos televisão e vemos. Graças a Deus, no meu estado não tem, violência, miséria, a nossa obrigação é lutar para que não tenha. Se tiver de brigar novamente, brigo, nossa idéia era criar mais quinze Municípios no Estado de Roraima agora, mas tiraram nosso poder de criar a Lei. Antes, a Assembleia criava Lei, realizava Plebiscito e fazia tudo. Hoje, não, nós estamos discutindo a emancipação porque estamos na esperança que a Câmara Federal vote a regulamentação da Constituição, hoje não podemos mais criar, só vamos criar se a Lei for aprovada. Estamos nos antecipando, porque, de repente, esse pessoal, na calada da noite, perto das eleições já, um ano antes, temos que aprovar essa Lei até outubro. Vai que resolvam votar no dia trinta de setembro, nós queremos já estaremos preparados com todos os estudos prontos, para não ficarmos para trás, tendo em vista que criar municípios novamente só daqui a uns vinte anos, mas pelo que se apresenta aqui, é necessário ter cinco mil habitantes, está na Lei Federal, já estamos nos preparando, já sabemos que o Município com menos de dez mil habitantes não cria nenhum município. O Município-mãe não pode estar com a população menor, deve ter cinco mil também. Então, ter de dez mil para frente, caso contrário, não cria, pelos estudos que se seguem, talvez, só podemos criar cinco ou seis. Estamos atrás dos pedacinhos, como aquele pedaço de Caracará da 432, vamos remendar pedaços de todo jeito para reunir população e eleitor para criar Município, colocar o Poder mais perto do povo, ter o Prefeito para brigar pelo picadão lá de dentro, também Vereador, mais um recurso que chega, mais emenda federal, mais convênio. Não vi resultado negativo em nenhum lugar do Brasil nem em Roraima. O projeto é da Assembleia, estamos trabalhando, mas não queremos criar expectativas, queremos ir às escolas, discutir com os alunos, professores, comunidades, existe bastante tempo, vamos fazer juntos, não vamos impor criação de Município, quem vai votar são vocês. Se disserem não, não podemos fazer nada. É campanha política, é para votar. Quem diz é a comunidade, queremos criar a viabilidade disso, não é para criar município rico não. A realidade no Brasil deixa a desejar, queremos melhorar. Não queremos criar falsas expectativas, para depois dizerem: a Assembleia veio e não saiu nada. Só vamos conseguir realizar nosso projeto se a Câmara Federal aprovar a Lei, se não, não podemos fazer nada, vamos estar preparados, pedimos todas as informações das instituições, estaremos preparados para discutir com vocês aspectos para criar municípios onde for possível, onde for viável. É uma pena, passamos dias discutindo a viabilidade do Baixo Rio Branco, pois os nossos estudos mostram que não tem como criá-lo. É que ali é a porta do mundo, por onde todo mundo invade nosso estado, não tem estrutura de poder que impeça, talvez não possamos criar. Então, quero dizer para a população do Cantá, essa é nossa segunda experiência, fiquei velha fazendo isso, criamos Município, agora vamos desmembrando, é uma honra poder cooperar, o povo do Cantá tem uma boa cabeça, e juntos vamos fazer um grande município também, partindo do Município-mãe, estamos aqui, Prefeito e Vereadores, e a minha primeira coisa a dizer é pedir licença a eles. Eles são as autoridades do Município, lideranças, primeiro temos que perguntar: vocês querem ter mais um Município no Cantá? Nossa primeira visita é ao Prefeito, à Câmara de Vereadores, para que eles permitam a nossa entrada, nos ajudem junto com a comunidade a

formar um Novo Município, é que estamos fazendo aqui hoje, obrigada.

Deputado Erci de Moraes (Presidente da Comissão Especial Externa) – Como o privilégio de encerrar a Audiência Pública é da maior autoridade do Município o Senhor Prefeito, vou fazer logo minha desobriga, começo agradecendo penhoradamente ao Prefeito Josemar e o Verador Chiquinho, os quais com menos de vinte e quatro horas conseguiram mobilizar essa reunião. O que mostrar que tiveram sensibilidade para o problema, nós tivemos uma conversa lá no meu gabinete, convidei o Prefeito, tínhamos tido a reunião da Comissão no dia anterior e não tínhamos certeza se conseguiríamos mobilizar para fazer a reunião hoje. Pedimos o apoio dos dois que conseguiram felizmente convocar e realizar uma bela reunião, num local que caberia mais gente, mas temos que levar em conta o tempo chuvoso que dificultou também o deslocamento das lideranças do interior, até aqui, enfim, é um público satisfatório, diga-se de passagem, altamente representativo, tenho ligações fundas com o Cantá, compromisso como Deputado Estadual, sei que aqui está presente a maioria das forças e das lideranças representativas no Município do Cantá. É muito bom, é um bom começo, como disseram os Deputados que me antecederam, não temos a pretensão de vir ensinar a criar município, mas a pretensão de chegar aqui e dizer que vamos criar o município. Estamos aqui em cumprimento a um programa da Assembleia Legislativa, dentro da nossa luta maior para que as Assembleias Legislativas do Brasil consigam retomar o poder de Legislar, a competência que foi violentamente retirada da esfera dos legislativos estaduais e começa com esse passo de uma Lei Complementar que nos permita, através da nossa Lei Complementar, cumprindo os preceitos da outra, criar municípios de acordo com as necessidades e as aspirações da sociedade, não esperem de nós, então, principalmente as lideranças que estão comprometidas, e moram na região, quem ser emancipadas. Então, não seremos nós que viremos fazer campanha pela emancipação do municípios. É claro, que participaremos, mas com o necessário equilíbrio que nós queremos que aconteça. Entendemos que o privilégio, até do exercício da liderança para que a emancipação do futuro Município ocorra, é das lideranças que vivem 24 horas por dia os problemas daquela região. Então, gostaria de deixar aqui um apelo às nossas três Vereadoras, duas da Félix Pinto, e uma da Vila União, Claudia, Silvia e a Gauchinha Soleni. Cabe a elas junto as demais lideranças, Secretários que tenham interesse naquela região. Lideranças Sindicais, lideranças empenhadas com a pequena, média e grande agricultura, que o trabalho com o aprofundamento daquela região para se emancipar, até mesmo para abordar, para pedir apoio do restante do Município do Cantá, é do Grupo que almeja a emancipação. Nós faremos a nossa parte, já colocamos que serão realizadas duas Audiências Públicas. Informamos as prováveis datas, e apelamos mais uma vez pelo apoio, não só da sociedade, mas das lideranças constituídas, que possam repetir, tanto o Prefeito Josemar, quanto o Presidente da Câmara, o apoio que hoje nos foi dispensado. Agora, para atender alguma reivindicação como a da Vereadora Cláudia de fazer abordagens nas escolas e outras Audiências Públicas, nós até desejamos que ocorram, mas vai depender da mobilização das autoridades locais, nós poderemos não sei se todos, mas pelo menos alguns de nós, até participar se assim entenderem necessário. Mas quem estará atuando permanentemente, visando levantar a viabilidade técnica, é o nosso Grupo de Trabalho Técnico da Assembleia Legislativa. Este, sim, vocês terão que demandar desde já e vice-versa, estabelecer esta interação, para tomar aquele conjunto de providências que é o que vai culminar com a conclusão do estudo de viabilidade. E o passo subsequente, seria a autorização para o Plebiscito. E torcer para que nesse espaço de tempo ocorra, seja votada, aprovada, promulgada, a Lei Federal que está em tramitação, já aprovada no Senado, mas ainda depende da Câmara dos Deputados Federais. Então, como disseram os que aqui me antecederam, não viemos aqui passar uma idéia de que criar um Município é fácil, é barbada. Ao contrário, é difícil, e principalmente nas condições que está sendo proposta. Mas, estamos dispostos a arcar com as nossas responsabilidades no processo, sempre lembrando que não devemos ter ilusões, eu iria até mais longe do que os colegas que me antecederam, não acredito que nós consigamos criar oficialmente este novo município, para já concorrermos nas próximas eleições com candidaturas próprias. No meu entendimento, se tudo sair dentro do previsto, nós talvez consigamos, quando muito, a realização do Plebiscito, porque a justiça eleitoral costuma aproveitar uma eleição, por questão de custos operacionais e de logística, para realizar o Plebiscito. Então, se nós conseguirmos isso já é um grande passo. Não seria justo aqui vertermos uma idéia de que é fácil a criação

de um Novo Município. Somos todos cidadãos comprometidos, responsáveis, e é para terminar, com exercício pleno da cidadania de cada um e cada uma, repito, principalmente daqueles que tenham o interesse primordial naquela região, se empenharem para que essa idéia seja concredizada, enquanto nós continuaremos com equilíbrio fazendo a nossa parte. Então, agradeço a cada cidadão e a cada cidadã presentes nesta Audiência Pública. De imediato, passou a palavra ao Prefeito Josemar, para as suas considerações e o conseqüente encerramento desta Audiência Pública.

Senhor Josemar do Carmo (Prefeito do Município de Cantá) – Mais uma vez meu boa-noite, este é o momento, através do qual chamamos os cidadãos e cidadãs do Cantá para, caminharem unidos Prefeitos, Vereadores, Secretários, Educadores, o foco principal de toda humanidade é a educação. Vou até fugir um pouco do tema, porque ao acompanhar a colocação da nossa nobre amiga e colega Elci, sobre a dificuldade dos Diretores e responsáveis pela Escola a se deslocarem até a Sede do Município para encaminhar os documentos de matrículas de alunos, as necessidades de cada escola, ela acabou de citar a situação da Vicinal 14, onde tem uma Escola muito bonita, construída na gestão deste Prefeito que vos fala. Quero dizer a todos os presentes, principalmente aos nobres Deputados, que o Prefeito Josemar sempre deu todas as condições possíveis para a nossa Secretaria de Educação desenvolver um trabalho de educação em prol das nossas crianças e adolescentes, também dos adultos, através do Curso EJA. Estou falando isso, a nossa Professora, amiga do coração, não para questionar o seu pronunciamento, mas me sinto constrangido, se os Deputados saírem daqui com a impressão de que o Prefeito não está dando a condição necessária para a equipe da educação desenvolver o seu trabalho. Estou falando isso, não com intenção de ofender a minha grande amiga, mas entendi que ela quis se referir à pela questão da grande distância. É este aspecto que considero muito importante, considerando esta situação é que a população do Cantá tem que estar unida, todos nós temos o compromisso e obrigação de criar um Novo Município dentro do nosso querido Cantá. Como a Deputada Aurelina citou, também na primeira oportunidade participei ativamente da criação do Município de Cantá, do qual, hoje, pela determinação de Deus e dos Eleitores, sou Gestor, em resumo, ajudei a criá-lo. Conversando com o Deputado Erci, sem citar nome, naquela oportunidade, quando não conseguimos, através do Plebiscito, a aprovação para a criação do Município do Cantá, porque determinada pessoa muito interessada em ser o Pai da Criança, sozinha, a Deputada Aurelina com certeza lembra também. Mas hoje, o momento é diferente, contamos aqui com esta competente Comissão de Deputados, interessados em nos ajudar a criar um Novo Município. É para isso que eu peço a união de todos, todos nós somos responsáveis todos nós temos o compromisso de levar a idéia a cada vizinho, a cada estudante do nosso Município, que hoje algumas crianças são até mais politizadas que muitos adultos. Então, é muito importante, que os Vereadores daquela região, a Vereadora Cláudia, a Silvia, a Soleni, o Amarildo que estão mais próximos, possam estar lá já mobilizando a população, convidando para participar da Audiência Pública marcada para o dia 17/06. Quero deixar claro ao Senhor Deputado Erci, ao Deputado Chagas, Relator desta Comissão, enfim a todos os Deputados que fazem parte desta Comissão, que o Prefeito de Cantá é favorável à criação de um Novo Município. Acredito que os Vereadores também, não tenho procuração para falar em nome de todos, mas em nome do Presidente, acredito que o Senhor junto com a bancada estaremos todos unidos para trabalhar, visando a criação desse novo município. Considerando que algumas pessoas, em determinado momento, ficam com alguma dúvida com relação à criação ou não de um novo Município, acredito que pela responsabilidade dos nossos representantes do Estado, os Deputados aqui presentes, não iriam chegar em nosso Município ou em outros Municípios que também estão na iminência de serem desmembrados, trazer algo que não fosse favorável à população. Agradeço a todos vocês dessa Comissão, contem com o Prefeito, Secretários, Vereadores, Educadores, enfim, acredito que a nossa população, diferentemente se colocará contrária à época de 96, alguns já estão bem mais politizados, portanto teremos a oportunidade de aprovar sim a criação de um Novo Município. Agradeço a presença de todos, não havendo mais nada a tratar dou por encerrada esta Audiência Pública. Boa-noite.

Erci de Moraes

Presidente da Comissão

Aprovada em: 16/08/11